

FONTE : JB

CLASS. : Amaz. / Queimadas

DATA : 04 08 90

PG. : 11

A Amazônia e a poluição do mundo

G.E. do Nascimento e Silva*

Nas reuniões que antecederam a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, ficou demonstrado que 90% da poluição causada no mundo era atribuída às nações industrializadas. De então para cá a situação pouco se modificou: os países em desenvolvimento arcam com uma responsabilidade maior, mas a poluição nos países industrializados aumentou consideravelmente. Com a abertura do mundo socialista constatou-se que a poluição na Polônia, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental atinge níveis alarmantes; mas os grandes poluidores dos mares e da atmosfera continuam a ser os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

Esta situação foi devidamente reconhecida pela resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas em novembro de 1989 nos seguintes termos: "Constata que a maior parcela de emissões poluidoras no meio ambiente atualmente, inclusive rejeitos tóxicos e nocivos, têm a sua origem nos países desenvolvidos e, em consequência, que estes países têm a maior responsabilidade no combate a tais poluições."

É perfeitamente compreensível que seja nos países industrializados a maior preocupação com as questões ambientais e que seja neles que a opinião pública seja mais atuante. Nos chamados países em desenvolvimento, nos países do hemisfério Sul, as preocupações são de outra natureza e mais prementes, como alimentação, vestuário, habitação, educação, saúde e outros semelhantes.

O aumento da poluição da atmosfera e dos mares têm provocado uma reação proporcional nos países desenvolvidos e os efeitos das chuvas ácidas e dos danos à camada de ozônio, capazes de provocar o chamado "efeito estufa", vieram aumentar ainda mais a pressão dos grupos ecológicos sobre os seus governos. O Presidente G. Bush em sua campanha deu grande destaque às questões ambientais e se comprometeu a tomar medidas concretas em defesa do meio ambiente. O eleitorado vem cobrando, mas a voz das grandes indústrias tem dominado já que serão necessários trilhões de dólares para solucionar o problema.

Ao inaugurar reunião em abril, em Washington, em que o "efeito estufa" foi discutido, o Presidente Bush insistiu na necessidade de serem realizados novos estudos evitando propor a adoção de medidas concretas. Na ocasião o representante da Alemanha Federal não teve dúvidas em declarar que "às lacunas de conhecimento não podem servir de justificativa a uma inação mundial".

Fenômeno semelhante ocorre com relação à Grã-Bretanha, principal responsável pelas chuvas ácidas que tantos prejuízos têm causado principalmente a Suécia. A poluição do Mar do Norte principalmente pelo despejo de esgoto *in natura* e de rejeitos industriais provocou protestos da Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha Federal, Países Baixos, Noruega e Suécia visto que havia sido acordado que tais lançamentos terminariam no final do ano passado.

Diante das pressões dos ambientalistas, uma das táticas adotadas tem sido a de ignorar os problemas domésticos e fazer carga contra as mazelas de outros países. Com razão o Presidente Collor declarou que "a questão ambiental não pode ser tratada com tom recriminatório".

O lamentável desmatamento da Amazônia e as queimadas têm sido o alvo principal destas campanhas, verdadeiras cortinas de fumaça, destinadas a desviar a atenção para outros continentes. Tem-se vinculado as *queimadas* com o efeito estufa quando é sabido que as suas consequências são muito inferiores às provocadas pelas usinas e o cano de escapamento dos automóveis e, possivelmente, como consequência da destruição da camada de ozônio.

A recente oferta pelas sete grandes potências financeiras reunidas em Houston, no Texas, de colaborar com o Governo brasileiro na defesa da Amazônia a partir de 1991 mediante um plano conjunto para o qual já se disporia de US\$ 150 milhões é um reflexo dessa preocupação. O plano do Chanceler Helmut Kohl merece ser estudado, mas não recebido como uma generosa e desinteressada iniciativa. Com a divulgação desse plano, os Estados Unidos, Grã Bretanha, França, Itália, Alemanha Federal, Canadá e Japão, todos eles com culpa no cartório, dão uma satisfação aos movimentos ecológicos nos respectivos países e ao mesmo tempo voltam a apontar o Brasil como o grande poluidor, mantendo-o no banco dos réus. Cabe agora ao Governo Brasileiro aguardar que o plano lhe seja apresentado concretamente para verificar se é ou não aceitável, e também para apresentar a contrapartida, ou seja exigir da parte dos citados países compromissos análogos no sentido da proteção do meio ambiente. Alegam que a Amazônia é o grande reservatório de oxigênio do mundo — o que tem sido contestado —, mas outros mananciais de oxigênio existem e entre eles citam-se os mares cuja poluição deve ser atribuído principalmente aos referidos Estados. Não basta proteger as florestas tropicais: é necessário que a proteção internacional se estenda a todas as florestas e é notório que o Governo alemão reluta em tomar medidas indispensáveis para diminuir a poluição provocada pela alta velocidade de automóveis, causa da destruição das florestas que margeiam as estradas. Os técnicos serão bem-vindos, desde que trabalhem sob a fiscalização de autoridades brasileiras e, finalmente, é indispensável que ponham à disposição do Brasil, bem como dos demais países em desenvolvimento, os últimos avanços da ciência e da tecnologia, dando-lhes acesso às tecnologias, processos, equipamentos e resultados de pesquisas através de uma cooperação internacional desinteressada e sem o objetivo de transformar tais avanços em novas fontes de lucro, como tem sucedido no passado. Seja como for, trata-se da primeira realmente importante oferta que merece ser estudada, na esperança de que os países deem uma verdadeira contribuição e fiquem sabendo das dificuldades que o Brasil enfrenta na preservação da Amazônia.

*Embaixador, presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional